

Escola pode repassar o gatilho de maio

As escolas particulares vão poder repassar, proporcionalmente, os aumentos do último gatilho salarial (maio) para as mensalidades do primeiro semestre. Este é, em resumo, um dos itens que vai constar de uma portaria do Ministério da Educação, regulamentando as semestralidades escolares dentro do novo plano econômico do governo, que será baixada nos próximos dias, segundo disse ontem o ministro da Educação, Jorge Bornhausen.

Bornhausen reuniu-se ontem à tarde com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para, junto com os técnicos da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), enquadrar a cobrança das semestralidades ao novo congelamento. O primeiro artigo da portaria estabelecerá que estão mantidas "as decisões do Conselho Federal de Educação e dos conselhos estaduais definidas até o dia 12 de junho e referentes ao primeiro semestre".

Essas decisões dizem respeito a outras duas portarias baixadas pelo MEC, em janeiro deste ano, fixando em 35% o aumento das semestralidades, além de 15% a ser negociado com os pais de alunos, repasse proporcional dos gatilhos salariais e ain-

da aumentos a título de "correção de defasagem". O repasse destes reajustes foi condicionado pelo MEC a uma homologação pelos conselhos estaduais, depois de examinadas as planilhas de custos das escolas.

As escolas que enviaram para os

conselhos seus pedidos de aumento a título de correção de defasagem só poderão aplicar os novos preços a partir da data do julgamento. Isto é o que explicita o artigo segundo da portaria que diz: "Os casos em exame nos CEE, referentes ao primeiro

semestre, serão apreciados à luz dos elementos existentes até 12 de junho e com reflexos na semestralidade a partir da data de julgamento". O secretário-geral do MEC, Aloísio Sotero, esclareceu que qualquer aumento a título de correção de defasagem, a partir de agora, não poderá ser aplicado numa só mensalidade.

O terceiro e último artigo da portaria, estabelece que as alterações futuras nas semestralidades escolares só poderão acontecer seguindo a política de flexibilização de preços, que o Ministério da Fazenda vai estudar no decorrer da vigência do congelamento. Assim, se o governo autorizar, por exemplo, em setembro aumento de 4% nos demais preços, as semestralidades escolares vão acompanhar este reajuste, conforme esclareceu o chefe de gabinete do MEC, Oswaldo Della Giustina. De acordo com o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Roberto Dornas, "se o MEC disse que a situação é normal na maioria dos estados está mal informado" e ressaltou que existe um "boicote de pagamento de mensalidades, indefinição de índices e conselhos que ainda não autorizaram o repasse do gatilho".

Uma saída dentro da lei, mas com cautela

Com a definição do MEC sobre as mensalidades escolares, os estabelecimentos de ensino de São Paulo deverão partir "com muita cautela, para uma saída legal", segundo afirmou ontem o presidente do sindicato das escolas, José Aurélio de Camargo. "Tudo o que o MEC soltar, as escolas vão analisar, mas garantimos que não seremos mais bode expiatório de qualquer projeto governamental", disse ele.

José Aurélio informou que até agora as escolas paulistas "não repassaram o gatilho pago aos professores para as mensalidades. O que fizeram, segundo ele, foi "estabelecer um nível de ajuste". Os donos dos estabelecimentos particulares tomarão conhe-

cimento da portaria do MEC reunidos amanhã, às 14 horas, no Colégio São Bento. "Vamos comunicar a todos a determinação, e deliberar sobre as medidas a serem tomadas", anunciou José Aurélio.

Em frente à Faculdade Paulista, na Vila Tariana, cerca de 400 de seus 800 alunos fizeram uma manifestação à noite, depois de terem sido impedidos de realizar provas, mesmo depois de ganharem liminar na Justiça, contra o aumento de 140% nas mensalidades. Como somente é permitida a realização das provas mediante o pagamento das mensalidades, o juiz da 25ª Vara Cível, Heraldo de Oliveira Silva, autorizou o depósito, em juízo, do valor antigo — Cr\$ 892,00 — para que os alunos pudessem fazê-las.



Newton Aguiar

Protesto contra os aumentos, na praça da República

A base para os reajustes

	1º GRAU		2º GRAU	
	1ª e 4ª	5ª e 8ª	1ª e 2ª	3ª
ANGLO LATINO	Cr\$ 1.708,00	Cr\$ 2.037,00	Cr\$ 2.963,33	Cr\$ 3.680,66
AUGUSTO LARANJA	Cr\$ 1.569,58	Cr\$ 1.980,96	Cr\$ 2.603,73	Cr\$ 2.603,73
BANDEIRANTES		Cr\$ 2.216,79	Cr\$ 2.637,90	Cr\$ 3.045,04
DANTE	Cr\$ 1.384,22	Cr\$ 1.788,45	Cr\$ 2.516,37	Cr\$ 2.516,37
FRIBÚRGO	Cr\$ 2.052,00	Cr\$ 2.754,00	Cr\$ 2.991,00	Cr\$ 2.991,00
GALILEU	Cr\$ 2.325,83	Cr\$ 2.563,16	Cr\$ 2.891,00	Cr\$ 2.891,00
LOURENÇO CASTANHO	Cr\$ 2.584,41	Cr\$ 2.911,03		
MAGNO	Cr\$ 1.900,00	Cr\$ 2.450,00	Cr\$ 3.019,33	Cr\$ 3.019,33
OBJETIVO	Cr\$ 1.731,04	Cr\$ 2.133,60	Cr\$ 2.395,21	Cr\$ 2.529,29
PURI DOMUS	Cr\$ 1.895,75	Cr\$ 2.628,73	Cr\$ 3.459,29	Cr\$ 3.459,29
SÃO LUIS	Cr\$ 1.483,46	Cr\$ 1.806,59	Cr\$ 3.058,91	Cr\$ 3.384,69
SANTO AMÉRICO	Cr\$ 2.886,00	Cr\$ 3.398,00	Cr\$ 3.625,00	Cr\$ 3.625,00
SANTA CRUZ	Cr\$ 1.704,48	Cr\$ 2.199,84	Cr\$ 2.675,65	Cr\$ 2.675,65
VISC. PORTO SEGURO	Cr\$ 2.005,83	Cr\$ 2.382,83	Cr\$ 2.864,83	Cr\$ 2.982,00
VERA CRUZ	Cr\$ 2.414,83	Cr\$ 2.844,00		

A tabela acima, que O Estado publicou como previsões para o segundo semestre, mostra, na verdade, os valores médios das mensalidades cobradas por colégios particulares

da Capital no período de janeiro a junho deste ano. Com base nesses preços podem ser feitos cálculos para estimativa da cobrança a ser fixada no segundo semestre deste ano.